



ENTIDADE REGULADORA  
PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL

# Deliberação

**ERC/2024/403 (LIC-R)**

Renovação da licença para o exercício da atividade de rádio do operador Coral – Cooperativa de Emissões Radiofónicas do Alto Ave, CRL, serviço de programas denominado Rádio Alto Ave

Lisboa  
14 de agosto de 2024

## Conselho Regulador da Entidade Reguladora para a Comunicação Social

### Deliberação ERC/2024/403 (LIC-R)

**Assunto:** Renovação da licença para o exercício da atividade de rádio do operador Coral – Cooperativa de Emissões Radiofónicas do Alto Ave, CRL, serviço de programas denominado Rádio Alto Ave

#### I. Pedido

1. A 2 de outubro de 2023 deu entrada na ERC – Entidade Reguladora para a Comunicação Social (doravante, ERC) o requerimento para renovação da licença para o exercício da atividade de rádio detida pelo operador Coral – Cooperativa de Emissões Radiofónicas do Alto Ave, CRL, ao abrigo do disposto no artigo 27.º da Lei da Rádio<sup>1</sup>.
2. O operador requerente, com registo na ERC n.º 423076, detém a licença para o exercício da atividade de rádio de âmbito local, para o concelho de Vieira do Minho, na frequência 91,6 MHz, disponibilizando um serviço de programas generalista denominado Rádio Alto Ave.

#### II. Enquadramento Legal

3. A ERC é competente para a renovação das licenças dos operadores de rádio, nos termos do artigo 24.º, n.º 3, alínea e), dos Estatutos da ERC<sup>2</sup> e do artigo 27.º da Lei da Rádio.
4. Dispõe o artigo 27.º, n.º 1, da Lei da Rádio que «[a]s licenças e as autorizações para o exercício da atividade de rádio são emitidas pelo prazo de 15 anos e renováveis por

---

<sup>1</sup> Lei n.º 54/2010, de 24 de dezembro, na sua redação atual.

<sup>2</sup> Aprovados pela Lei n.º 53/2005, de 8 de novembro.

iguais períodos», devendo ser requerida a renovação, junto da ERC, entre 240 e 180 dias antes do termo do prazo respetivo (cf. artigo 27.º, n.º 2, da Lei da Rádio).

5. O n.º 4 do citado artigo 27.º estatui que «[a] renovação das licenças (...) é concedida quando o regular cumprimento das obrigações legais a que estão sujeitos os operadores de rádio e os respetivos serviços de programas, nomeadamente a situação contributiva e tributária regularizada, for verificada pela ERC, no âmbito da sua atividade contínua de regulação e supervisão».
6. Determina o artigo 15.º, n.º 2, da Lei da Rádio que «[a] atividade de rádio que consista na organização de serviços de programas generalistas ou temáticos informativos de âmbito local apenas pode ser prosseguida, nos termos da presente lei, por pessoas coletivas que tenham por objeto principal o exercício de atividades de comunicação social».
7. No âmbito da presente análise, para verificação do regular cumprimento das obrigações serão escrutinadas as obrigações consagradas nos artigos 4.º, n.º 3 a 5, 32.º, 33.º, 34.º, 35.º, 37.º, 38.º, 40.º e 41.º, todos da Lei da Rádio.
8. É, igualmente, avaliado o respeito pelo disposto na Lei n.º 78/2015, de 29 de julho (doravante, Lei da Transparência), de acordo com elementos comunicados pelo operador através do Portal da Transparência da ERC.

### **III. Instrução**

9. Foram juntos ao procedimento os seguintes documentos:
  - 9.1. Cópia do título habilitador para o exercício da atividade de rádio;
  - 9.2. Cópia da licença radioelétrica para o serviço de radiodifusão sonora emitida pela ANACOM – Autoridade Nacional para as Comunicações;
  - 9.3. Estatutos do operador;
  - 9.4. Certidão do Registo Comercial do Operador;
  - 9.5. Declaração do Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE) do operador;
  - 9.6. Declaração do operador de cumprimento do disposto no artigo 16.º, n.º 1, da Lei da Rádio, quanto às restrições ao exercício da atividade;

- 9.7. Declarações do operador e dos sócios de cumprimento do disposto no artigo 4.º, n.ºs. 3 a 5, da Lei da Rádio;
- 9.8. Linhas gerais de programação e grelha de programação;
- 9.9. Estatuto editorial<sup>3</sup>;
- 9.10. Memória descritiva da atividade desenvolvida nos últimos dois anos;
- 9.11. Identificação dos recursos humanos e respetivas funções, afetos à programação própria do serviço de programas, nomeadamente os responsáveis pela orientação e supervisão de conteúdo das emissões e pela informação, com o respetivo título profissional de jornalista;
- 9.12. Documento comprovativo da situação contributiva regularizada perante a Segurança Social;
- 9.13. Documento comprovativo da situação tributária regularizada, emitido pelos Serviços de Finanças;
- 9.14. Último relatório de gestão e contas;
- 9.15. Gravação das emissões radiofónicas (das 0:00h às 24:00h) dos dias 4 e 7 de maio e 6 e 9 de julho de 2024.

#### **IV. Operador de Rádio**

10. O operador requerente detém a licença melhor identificada no ponto 2 da presente deliberação atribuída a 30 de março de 1989<sup>4</sup>, a qual foi renovada por 10 anos por Deliberação 2795/2001, de 4 de julho, da Alta Autoridade para a Comunicação Social, e novamente pela Deliberação 47/LIC-R/2009, da ERC, de 26 de janeiro.
11. Com aprovação e entrada em vigor da atual Lei da Rádio (Lei n.º 54/2010, de 24 de dezembro), os prazos de validade das licenças foram alterados, passando de 10 para 15 anos, dispendo o artigo 86.º, n.º 3, do identificado diploma que «[o] prazo de

---

<sup>3</sup> No decurso do procedimento de renovação foi requerido o depósito de nova versão do Estatuto Editorial, em cumprimento dos requisitos constantes do art.º 34.º da Lei da Rádio.

<sup>4</sup> O alvará para o exercício da atividade de rádio foi atribuído por despacho conjunto da Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, publicado no Diário da República, na II Série, n.º 74, de 30 de março de 1989.

duração das licenças (...) previsto no n.º 1 do artigo 27.º é aplicável aos títulos habilitadores atribuídos ou renovados depois de 1 de janeiro de 2008 (...).», como é o caso da licença em análise. A licença do operador requerente é, assim, válida até 29 de março de 2024.

12. A Coral – Cooperativa de Emissões Radiofónicas do Alto Ave, CRL, de acordo com a certidão de registo comercial, tem por objeto «organizar programas informativos recreativos e culturais de acordo com os princípios designados na Lei da Radiodifusão (cf. certidão comercial permanente), em concordância com o artigo 15.º, n.º 2, da Lei da Rádio.

#### V. Obrigações Legais

13. Para efeitos de avaliação do cumprimento das obrigações de um serviço de programas generalista, de âmbito local, foram tidos em conta os elementos disponíveis na ERC, nomeadamente ações de fiscalização, queixas ou participações contra o operador, o cumprimento das obrigações legais da transparência (cf. Anexo) e a audição de quatro dias de emissão: 4 e 7 de maio e 6 e 9 de julho de 2024.
14. Nos últimos 15 anos de atividade do operador, foi apreciada em 2024 uma participação contra a Rádio Alto Ave por falta de pluralismo no comentário semanal do “Grande Jornal” com o presidente da Câmara Municipal de Vieira do Minho<sup>5</sup>, que não resultou em aplicação de contraordenação.

#### a) Concentração

15. No que respeita às exigências de não concentração, decorrentes do artigo 4.º, n.ºs 3 a 5, da Lei da Rádio, o operador e órgãos sociais da Coral – Cooperativa de Emissões Radiofónicas do Alto Ave, CRL, declararam respeitar os limites ali impostos.

---

<sup>5</sup> Deliberação ERC/2024/219 (PLU-R) de 30 de abril

**b) Financiamento**

16. O operador de rádio declarou «que a atividade de rádio que prossegue não é de qualquer forma financiada, direta ou indiretamente por qualquer partido político, associação política, organizações sindicais, patronais ou profissionais (...)», cumprindo o disposto no nº 1 do artigo 16.º da Lei da Rádio.

**c) Lei da Transparência**

17. De acordo com a avaliação realizada pela Unidade da Transparência dos *Media* da ERC<sup>6</sup> (cf.Anexo), a informação comunicada pela Coral – Cooperativa de Emissões Radiofónicas do Alto Ave, CRL está globalmente em cumprimento da Lei da Transparência e respetiva regulamentação.

**d) Programação**

18. De entre as obrigações gerais consagradas no artigo 32.º da Lei da Rádio, para os operadores de rádio, destacam-se aqui a de assegurar a difusão de uma programação diversificada, que inclua espaços regulares de informação, a difusão de programas que promovam a cultura, a língua e a música portuguesas, a identificação em antena dos respetivos serviços de programas e a difusão de programação, incluindo informativa, com relevância para a audiência da correspondente área de cobertura, nomeadamente nos planos social, económico, científico e cultural.
19. A grelha de programação e sinopses dos conteúdos disponibilizados descrevem um serviço de programas de conteúdos diversificados, com espaços de informação, entretenimento, culturais e musicais, referindo o operador que tem vindo a procurar dar resposta às solicitações da comunidade acompanhando a vida do concelho e funcionando como elo de ligação entre os habitantes do concelho de Vieira do Minho e difundindo também informação relevante respeitante aos municípios vizinhos.
20. Das audições efetuadas aos dias de emissão, confirmou-se na generalidade, a caracterização efetuada, verificando-se a existência de programação direcionada para

---

<sup>6</sup> Informação: 159/UTM/CM-NR/2023/INF de 31 de outubro.

o auditório da respetiva área de cobertura, contendo programação musical, entretenimento, formativa, de divulgação cultural, programas interativos com animação, pelo que podemos concluir pelo cumprimento do artigo 32.º da Lei da Rádio.

21. Verificou-se que a emissão foi composta durante a totalidade das 24 horas por programação própria, ou seja, «composta por elementos selecionados, organizados e difundidos autonomamente pelo operador de rádio responsável pelo respetivo serviço de programas» (cf. artigo 2.º, n.º 1, alínea g), da Lei da Rádio).

#### **e) Informação**

22. Determina o artigo 35.º da Lei da Rádio que «[o]s operadores de rádio que forneçam serviços de programas generalistas ou temáticos informativos devem produzir, e neles difundir, de forma regular e diária, pelo menos três serviços noticiosos, entre as 7 e as 24 horas».
23. Quanto aos serviços informativos locais/regionais, são difundidos pelas 8h30, 9h30, 12h00, 16h00, 19h00 e aos fins-de-semana pelas 12h00, 16h00, 19h00, confirmando as audições efetuadas o respeito pela exigência do artigo 35.º da Lei da Rádio.
24. Consta como responsável pela orientação e supervisão do conteúdo das emissões e pela informação José Luís Machado, detentor da carteira profissional TE-16, garantindo, assim, o cumprimento do artigo 33.º da Lei da Rádio.

#### **f) Denominação e frequência**

25. Quanto à indicação da denominação e da frequência, foram devidamente identificadas «pelo menos uma vez em cada hora», conforme exigido pelo n.º 2 do artigo 37.º da Lei da Rádio.

**g) Publicidade e patrocínio**

26. Relativamente ao cumprimento das obrigações em matéria de publicidade e patrocínio, consagradas no artigo 40.º da Lei da Rádio, foi detetada a existência de separadores (sinais acústicos) entre a publicidade e a restante programação.

**h) Música portuguesa**

27. Quanto ao cumprimento das obrigações de difusão da música portuguesa, consagradas nos artigos 41.º e seguintes da Lei da Rádio, o operador encontra-se inscrito no Portal das Rádios, registando as quotas de música portuguesa representadas na FIG.1:

**FIG.1: Quotas de música portuguesa - Portal das Rádios (ERC)**

Mês/Ano	Rádio Alto Ave					
	24H			7h-20h		
	Música Portuguesa	Música em Língua Portuguesa	Música Portuguesa % Música recente	Música Portuguesa	Música em Língua Portuguesa	Música Portuguesa % Música recente
Jan 2024	45,00%	119,15%	9,75%	42,88%	118,48%	18,96%
Fev 2024	47,84%	126,59%	14,80%	47,88%	131,64%	28,61%
Mar 2024	48,96%	129,40%	27,59%	50,81%	142,57%	56,62%
Abr 2024	48,98%	129,52%	16,51%	47,84%	134,04%	31,03%
Mai 2024	48,41%	127,41%	15,87%	46,15%	128,30%	29,55%
Jun 2024	47,90%	126,74%	16,72%	47,62%	133,57%	29,68%

Nota: As subquotas de música em língua portuguesa e de música recente, passaram a ser apuradas sobre 30 %, sendo esta a quota mínima de difusão de música portuguesa, fixada nos termos do n.º 1 do art.º 41.º, da Lei da Rádio.<sup>7</sup>

28. De acordo com os dados submetidos pelo operador através do portal das rádios, afigura-se que a programação musical da Rádio Alto Ave cumpre a quota de música portuguesa<sup>8</sup> (fixada em 30 %) nas 24 horas da emissão e no período das 7 às 20 horas<sup>9</sup>,

<sup>7</sup> Lei n.º 54/2010 de 24 de dezembro, alterada pela Lei n.º 16/2024, de 5 de fevereiro.

<sup>8</sup> N.º 1 do artigo 41.º da LR

<sup>9</sup> N.º 1 do artigo 41.º conjugado com o n.º 2 do artigo 47.º da LR

bem como a subquota de música em língua portuguesa<sup>10</sup> (fixada em 60 %), apresentando, no entanto, alguns desvios no que respeita à quota de música recente<sup>11</sup> (fixada em 35 %).

#### **i) Estatuto editorial**

29. Dispõe o artigo 34.º da Lei da Rádio que «[c]ada serviço de programas deve adotar um estatuto editorial que defina claramente a sua orientação e objetivos e inclua o compromisso de respeitar os direitos dos ouvintes, a ética profissional e, nos casos aplicáveis, os princípios deontológicos do jornalismo», o qual para além de depositado na ERC, «deve ser disponibilizado em suporte adequado ao seu conhecimento pelo público, em especial nos respetivos sítios eletrónicos».
30. No decurso do procedimento de renovação da licença foi requerido o depósito do Estatuto Editorial da Rádio Alto Ave, em conformidade com os requisitos constantes do artigo 34.º da Lei da Rádio, disponível ao público no respetivo sítio eletrónico <https://radioaltoave.sapo.pt/estatuto-editorial/>.

#### **j) Outras obrigações**

31. De acordo com as certidões e documentação anexa apresentadas e constantes do processo, a situação contributiva e tributária do Operador está regularizada, tal como se exige no n.º 4 do artigo 27.º da Lei da Rádio.
32. De acordo com os elementos disponíveis no processo, conclui-se que a exploração do serviço de programas é desenvolvida pelo legítimo titular da licença.

### **VI. Deliberação**

O Conselho Regulador da ERC, no exercício das competências previstas no artigo 24.º, n.º 3, alínea e), dos Estatutos da ERC, conjugado com o artigo 27.º, n.ºs 3 e 4, da Lei da Rádio, tendo concluído pelo regular cumprimento das obrigações do operador, delibera renovar, pelo

---

<sup>10</sup> Artigo 43.º conjugado com o n.º 2 do artigo 47.º da LR

<sup>11</sup> N.º1 do artigo 44.º da LR

prazo de 15 anos, a licença para o exercício da atividade de radiodifusão sonora de que é titular o operador Coral – Cooperativa de Emissões Radiofónicas, CRL, para o concelho de Vieira do Minho, na frequência 91,6 MHz, disponibilizando um serviço de programas generalista com a denominação “Rádio Alto Ave”.

Mais delibera que os efeitos da presente deliberação retroagem a 29 de março de 2024, nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 155.º e na alínea a) do n.º 2 do artigo 156.º do Código do Procedimento Administrativo.

É devida taxa por emissão de título habilitador relativa à renovação da licença, nos termos do disposto no artigo 9.º, n.ºs 1, 2, alínea a) e 3 alínea d), do Decreto-Lei n.º 103/2006, de 7 de junho, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 70/2009, de 31 de março, 36/2015, de 9 de março, 33/2018, de 15 de maio, e 107/2021, de 6 de dezembro, no total de 9 UC (cf. Anexo IV do citado diploma – Escalão D).

Lisboa, 14 de agosto de 2024

O Conselho Regulador,

Helena Sousa

Pedro Correia Gonçalves

Telmo Gonçalves

## ANEXO

### Avaliação realizada pela Unidade da Transparência dos *Media* da ERC (UTM) - Estrutura e Relações de Propriedade da Coral - Cooperativa de Emissões Radiofónicas do Alto Ave, CRL

#### I – Exposição

1. A fim de habilitar a pronúncia da ERC relativamente ao pedido de renovação da licença do serviço de programas Rádio Alto Ave, foi solicitado à Unidade da Transparência dos *Media* informação relativa à estrutura e relações de propriedade do operador Coral - Cooperativa de Emissões Radiofónicas do Alto Ave, CRL, proprietário do serviço de programas de rádio mencionado, nomeadamente no que se refere ao cumprimento dos preceitos da Lei n.º 78/2015, de 29 de julho, e sua regulamentação.

#### II – Estrutura de Propriedade – Detenção Direta e Indireta – e Relacionamentos

2. A Coral - Cooperativa de Emissões Radiofónicas do Alto Ave, CRL, é detida por mais de vinte (20) cooperadores, todos pessoas singulares.
3. Os seguintes cooperadores fazem parte dos órgãos sociais:

Pessoa	Tipo de órgãos sociais	Função
<a href="#">MANUEL VIEIRA RIBEIRO</a>	Assembleia Geral	Presidente
<a href="#">Vítor Manuel Lameiras António</a>	Assembleia Geral	Secretário/a
<a href="#">ALFREDO LUIS MONTEIRO SILVA</a>	Assembleia Geral	Vice-Presidente
<a href="#">PAULO RUI GUIMARÃES DIAS</a>	Conselho Fiscal	Presidente
<a href="#">Agostinho Veloso Vieira Costa</a>	Conselho Fiscal	Vogal
<a href="#">ANTONIO FERREIRA SILVA</a>	Conselho Fiscal	Vogal
<a href="#">FERNANDO EUGENIO AZEVEDO DALOT</a>	Direção	Presidente
<a href="#">JAIME MANUEL GONÇALVES</a>	Direção	Secretário/a
<a href="#">JOSE LUIS SILVA MARTINS MACHADO</a>	Direção	Tesoureiro/a
<a href="#">JOSE MANUEL SILVA FERNANDES</a>	Direção	Vogal

### **III – Relacionamentos**

4. Do que é possível apurar através da informação pública do Portal da Transparência, os membros dos órgãos sociais não são detentores de outros órgãos de comunicação social sob jurisdição do Estado português nem fazem parte dos órgãos sociais de outras empresas proprietárias de OCS.
5. Nos últimos três anos, a Coral - Cooperativa de Emissões Radiofónicas do Alto Ave, CRL, não identificou quaisquer Clientes Relevantes ou Detentores Relevantes de Passivo.

### **IV – A Lei da Transparência e Regulamentos Inerentes**

6. A informação comunicada pela Coral - Cooperativa de Emissões Radiofónicas do Alto Ave, CRL, ao abrigo do regime jurídico da transparência poderá ser consultada no Portal da Transparência. A Coral - Cooperativa de Emissões Radiofónicas do Alto Ave, CRL, está globalmente em cumprimento da Lei da Transparência e respetiva regulamentação.